

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 24 de outubro de 1989

Dado o elevadíssimo nível de inflação com que o País tem sido obrigado a conviver, não se pode afirmar que o governo tenha obtido uma vitória. Os fatos estão a indicar, contudo, que as autoridades conseguiram, pelo menos, jogar água na fervura inflacionária, evitando que o caldeirão transbordasse para a tão temida hiperinflação em um momento particularmente crítico.

De acordo com a segunda prévia realizada pela Fundação IBGE, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, a inflação de outubro, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), registrou uma taxa de 37,3%. A expectativa é de que esse resultado, nos cálculos finais, venha a apresentar decréscimo, estando o Bônus do Tesouro Nacional (BTN), no início desta semana, sinalizando uma taxa de 36,02%.

A essa altura, pode-se afirmar, com bastante segurança, que a taxa de inflação em outubro deverá variar numa faixa de 36 a pouco mais de 37%. Como o IPC de setembro cravou exatamente 35,95%, o diferencial neste mês deverá ser insignificante, principalmente em se considerando o clima alarmista que se

Econ-Brasil Água na fervura

criou há algumas semanas, depois de um trimestre em que a inflação se manteve relativamente estabilizada numa faixa de 25 a 30%.

Seria impossível medir exatamente qual a contribuição que deram para esse resultado as câmaras setoriais criadas no âmbito do Ministério da Fazenda, através das quais, junto com os empresários de cada área, os funcionários do governo procuram ajustar as remarcações de preços, tomando como parâmetro a proporção de 90% da taxa do mês anterior. Nem sempre, como tem sido noticiado, os novos preços ficam dentro do limite estabelecido. E têm havido mesmo casos de reajustes superiores ao IPC. Mas, basicamente, pode-se dizer que as câmaras setoriais ajudaram a inverter a tendência para reajustes aleatórios, baseados em expectativas, que não só vinham acentuando as pressões sobre a inflação, em prejuízo de todos. Vinham também tornando tensas as relações intersetoriais.

Prova de sua importância é que, além das 18 câmaras setoriais já instaladas, o Ministério da Fazenda recebeu pedidos para a instalação de mais 23. Segundo o titular da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), Edgar de Abreu Cardoso, as câmaras a serem criadas poderão ser agrupadas, de acordo com a especificidade dos produtos. Ele considera a experiência um êxito, afirmando que em sua grande maioria os reajustes concedidos têm obedecido à regra fixada. Cardoso entende também que as câmaras não foram instituídas para "segurar" a inflação, mas sim para "ordenar o reajuste de preços".

Não se deve deixar de mencionar que o governo vem procurando fazer, como pode, sua parte. O compromisso assumido com os empresários era de que os preços das tarifas de serviços públicos e dos bens produzidos pelas empresas estatais também não deveriam ser reajustados em uma proporção superior a 90%

da inflação do mês precedente. Mas, de outro lado, as autoridades, declaradamente, não devem desviar-se do objetivo de entregar o poder ao próximo presidente da República já com os preços públicos atualizados, eliminando uma defasagem que vem de vários anos.

Combinar esses dois objetivos é praticamente impossível, e a saída encontrada pelo governo é agir com mais moderação na correção de certos preços. Foi o que ocorreu, recentemente, com o reajuste das tarifas de energia elétrica. Tendo concluído que a elevação desses preços à base de 100% da inflação era insuficiente, as autoridades determinaram um aumento adicional de 40%, que será distribuído por quatro meses até janeiro de 1990, para evitar um impacto mais violento.

As autoridades sabem os riscos que correm com medidas como estas, que podem ser inevitáveis, mas podem vir a criar depois problemas difíceis de contornar. O que se observa, porém, é que a colaboração mais íntima entre o governo e a indústria, através das câmaras setoriais, vem gerando um ambiente psicológico mais favorável para a contenção de preços.